

A GRAMÁTICA RACIONALISTA EM PORTUGAL NO SÉCULO XVIII

1. INTRODUÇÃO

A breve lista que se segue é o resultado de um simples inquérito bibliográfico que levámos a cabo com o auxílio de catálogos informatizados, com a intenção de responder à seguinte dúvida: quantas são e quais são as gramáticas que se apresentam como *filosóficas*? Dum ponto de vista puramente formal, isto é, de superfície, os requisitos mais evidentes para esta consideração são o de tais gramáticas conterem o termo *racional* ou *filosófico* e/ou o de terem sido publicadas entre os séculos XVIII e XIX. Apesar de não se tratar de um arco temporal muito vasto, registamos uma frequência mais elevada de publicações do que aquela que estaríamos à espera, e as mesmas ocorrem num raio territorial que se estende além-mar, no Brasil e em Goa:

Bernardo de Lima e Melo Bacelar, *Grammatica Philosophica e Orthographia Racional da Lingua Portugueza*, na Off. de Simão Taddeo Ferreira, 1783;

António José dos Reis Lobato, *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa. Composta e Offerecida ao Ill.mo Sr. Sebastião José de Carvalho e Melo*, Marquês de Pombal, Lisboa, na Reg. Off. Imp.1771;

João de Sousa Pinto de Magalhães, *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, 1780 [parece que nunca chegou a ser publicada];

Fr. Bernardo de Jesus Maria, *Grammatica Philosophica e Orthografia Racional da Lingua Portugueza, para se Pronunciarem e Escreverem*

com Acerto os Vocábulos deste Idioma, Lisboa, na Officina de Simão Tadeu Ferreira, 1783;

António de Morais Silva, *Epitome de Grammatica da Lingua Portugueza*, Lisboa, na Off. de Simão Tadeu Ferreira, 1806;

Jerónimo Soares Barbosa, *As Duas Linguas, ou Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza Comparada com a Latina, para Ambas se Aprenderem ao Mesmo Tempo*, Coimbra, Real Impressão da Universidade, 1807;

Manuel Pedro Tomás Pinheiro e Aragão, *Memorias Curiosas para a Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa, Compostas e Arranjadas para uso dos Alumnos*, Lisboa, na Imp. Regia, 1812;

João Crisóstomo de Melo, *Grammatica Philosophica da Linguagem Portuguesa*, Lisboa, Imp. Regia, 1818;

Jerónimo Soares Barbosa, *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Princípios de Grammatica Geral Aplicados à Nossa Linguagem*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1822;

Fr. Diogo de Mello e Menezes, *Grammatica Philosophica da Lingua Latina, Reduzida a Compendio, Dedicada ao Infante D. Miguel, Glória e Salvação da Pátria*, Lisboa, Off. da Honrosa Conspiração, 1823;

Fr. Diogo de Mello e Menezes, *Grammatica Racional da Lingua Latina, para Uso dos Alunos da Real Casa Pia de Belém, Dedicada a S. M. D. de Bragança, Libertador e Regente de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1835;

António Camilo Xavier de Quadros, *Grammatica Filosófica, para Uso dos Seus Discipulos e de Quem Mais a Quizer*, Lisboa, Typ. Carvalhense, 1839;

P. António da Costa Duarte, *Compendio de Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, Escolhido pela Congregação do Lyceu do Maranhão para Uso do Mesmo Lyceu*, segunda edição acrescentada, Maranhão, 1840 [primeira edição, 1829];

João Nuno de Andrade, *Grammatica Elementar da Lingua Portugueza por Systema Philosophico. Offerecida ao Ill.mo e Ex.mo Sr. José Ferreira Pinto Basto*, Lisboa, Tip. de António Sebastião Coelho, 1841;

José Aleixandre de Passos, *Compendio da Grammatica Portugueza pelo Methodo Analytico*, etc., Rio de Janeiro, na Tip. de M. A. da Silva Lima, 1848;

João Daniel de Sines, *Extracto Racional da Grammatica Geral, ou Metafísica das Linguas*, Lisboa, na Imp. de Luca Evangelista, 1849;

Daniel Ferreira Pestana, *Princípios de Grammatica Geral Aplicados á Lingua Portugueza, Publicados e Oferecidos a Mocidade de Goa*, Nova Goa, na Imp. Nacional, 1849;

José Joaquim da Silva Pereira Caldas, *Princípios Elementares de Grammatica Geral Aplicados á Lingua Portugueza: ou Methodo Philosophico de Apprender Esta Lingua com Facilidade*, Braga, Typografia Bracarense, 1851;

Manuel Pinheiro de Almeida e Azevedo, *Compendio de Philosophia Racional, Contendo a Psychologia Empírica, a Ideológica, a Grammatica e a Lógica*, Braga, Typ. União, 1860;

Manuel Soares da Silva Bezerra, *Compendio de Grammatica Philosophica*, Ceará, Typografia social, 1861;

Raimundo Câmara Bettencourt, *Epitome da Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, Rio de Janeiro, editores E. & H. de Laemmert, 1862;

Aleixandre José de Melo Morais, *Grammatica Analytica da Lingua Portugueza, Ensinada por Meio de Quadros Analyticos, Methodo Facilimo para Apprender a Lingua*, Rio de Janeiro, 1869.

O nosso objetivo não é, no presente trabalho, o de analisar exaustivamente todos os títulos listados, o que seria um trabalho pouco proficuo e aborrecido, mas sim o de levar a cabo um *excursus* daquelas obras que, por qualquer motivo, deixaram uma marca na historiografia gramatical lusitana inserindo-se num contexto racionalista europeu.

Refletiremos, então, sobre algumas destas gramáticas destacando as razões do debate que as mesmas suscitaram, sublinhando, desde já, que duas das gramáticas que tiveram um papel mais relevante durante o século XVIII são, curiosamente, aquelas que não apresentam no seu título nem o termo *racional* nem o termo *filosófico*.

Começaremos por afirmar que, se, de um ponto de vista geral, *racionalista* é tudo aquilo que apresenta um esquema explicativo resultante de uma reflexão integral –, ou seja, que é correto partir do conceito mais amplo do termo –, de um outro ponto de vista, há uma razão pela qual poderá fazer sentido aplicar o conceito de “racional” só a partir de um momento histórico preciso. A razão é o diálogo que este conceito mantém com outras definições como aquelas de *gramática filosófica* e *gramática geral*. A este respeito, tomemos em consideração o *Routledge Dictionary of Language and Linguistics* (Bussmann, Cazzazzi, Traugh 2013: 182), que nos apresenta o conceito de *gramática filosófica* como: “the attempt to develop a general model of grammar, based on logical principles and from which the structures and regularities of all languages can be derived”.

A publicação da *Gramática de Port-Royal*, em 1660, por Antoine Arnauld e Claude Lancelot (Simone 1969), assinala efetivamente uma viragem epistemológica, dando início a um afastamento progressivo do modelo latino dos textos escritos com fins de aprendizagem linguística. Com base no racionalismo francês (exemplificado na perfeição em obras como o *Discurso do Método* de Descartes), encontramos, então, as primeiras tentativas de redação de gramáticas filosóficas elaboradas a partir do axioma segundo o qual a língua é a expressão do pensamento e este último é regulado por leis universais a todos os seres humanos. Daqui se deduz que a língua reflete estas mesmas leis e que, como tal, é possível elaborar uma gramática geral, comum a todas as línguas.

Antes de Port-Royal, que – como acabamos de afirmar – representa o auge do pensamento lógico-racionalista, já Júlio César Scaligero (*De causis linguae latinae*, Lião, 1540), Petrus Ramus (*Grammatica latina*, Paris, 1548) e Francisco Sánchez de la Brozas, conhecido como “El Brocense” (*Minerva sive de causis linguae latinae*, Salamanca, 1587) tinham tentado encontrar as bases filosóficas do estudo da linguagem. Scaligero, em primeiro lugar, tentou aplicar à língua as categorias lógicas de Aristóteles. Estas premissas, no entanto, não nos autorizam a usar o conceito de *racionalismo lato sensu* que referimos anteriormente. Se é verdade que já a partir da segunda metade do século XVII a gramática deixa de ser definida apenas como um conjunto de regras, normas e preceitos, existindo a preocupação de dar ao seu uso bases racionais, é igualmente incontestável que, em Portugal, só no fim do XVIII a norma e o bom uso deixam de ser a única preocupação da teorização gramatical.

2. ROBOREDO: UM RACIONALISTA?

A primeira grande reformulação teórica dos métodos de ensino das línguas estrangeiras, acontecerá em Portugal apenas em Setecentos. Esta reformulação deve-se principalmente a Luís António Verney (1713-1792), que no seu *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), numa crítica profunda à organização curricular do ensino – naquele momento dominado exclusivamente pelos jesuítas – sublinha, em primeiro lugar, as exigências da burguesia, culta e enriquecida graças ao recente desenvolvimento mercantilista português¹.

De acordo com aquilo que expusemos até agora, parece-nos anacrónica e forçada a hipótese de inserir Amaro de Roboredo (ante 1590-post 1627) na corrente racionalista. Trata-se mais de uma questão de conteúdo do que de uma questão biográfica. Nos últimos anos, o gramático trasmontano tem sido alvo de uma atenção que não tivera até aqui por parte dos estudiosos. E, apesar de eu própria ter em várias ocasiões sublinhado o seu pioneirismo² (refiro-me principalmente ao *Methodo Grammatical para todas as Linguas*, de 1619, e à *Porta de Linguas*, de 1623) acho que é forçado atribuir-lhe um racionalismo programático.

Se por um lado, como já notou Barbara Schäfer-Prieß³, é visível a dívida de Roboredo para com o Brocense, por outro são muitos os pontos que o afastam deste último e sobretudo que o afastam da corrente especulativa que só surgirá em Portugal no século XVIII. Roboredo adota, do modelo do Brocense, a distinção entre *universal* e *particular*, mas, para ele, a distinção entre um nível abstrato e um nível concreto não é relevante. Ele atribui a característica universal da língua à gramática mas, enquanto Sánchez de la Brozas procura explicar cada uso através da estrutura universal que lhe subjaz, já para Roboredo a característica do uso é aquela de não se adaptar às regras fixas, que não se podem aprender sistematicamente. Conceito que, do nosso ponto de vista, se afasta bastante da lógica racionalista.

Roboredo foi, sem dúvida, um grande inovador do ponto de vista pedagógico (apesar de ter sido, neste sentido, pouco citado, foi, na verdade,

¹ Uma interessante síntese da polémica e do seu enquadramento sociocultural e histórico encontra-se em Pires 2001: 135-155, onde a autora não se limita a salientar as ideias linguísticas elucidadas por Verney no *Verdadeiro Método*, mas insere pormenorizadamente a sua política linguística dentro dos moldes da reforma pombalina.

² Veja-se a este propósito Lupetti 2010 e Lupetti & Tocco 2010.

³ Reporto-me ao texto da conferência que Barbara Schäfer-Prieß proferiu no CLUP a 28 de novembro de 2008. O artigo é publicado neste mesmo volume.

o primeiro a falar de aprendizagem e conhecimento minucioso da língua materna como requisito prévio para a aprendizagem de uma segunda língua⁴). Contudo, ele aparece ainda muito ligado à tradição clássica, à ideia do bom uso linguístico, e os seus compêndios registam aqui e ali uma série de normas que o aproximam mais das gramáticas normativas do que das filosóficas. Schäfer-Prieß diz-nos o seguinte:

Se ‘racional’ implica ‘universal’, precisa-se de uma classificação das formas gramaticais que serve para todas as línguas, no caso do *Methodo grammatical* ao menos para latim e português. É pouco surpreendente que Roboredo tome como norma o sistema do latim, visto o alto prestígio e a tradição da identificação de ‘gramática’ e ‘latim’. Põe, porém, as formas portuguesas em primeiro lugar, segundo o princípio didático que a língua materna deve ser o ponto de partida (Schäfer-Prieß 2008: 4).

No entanto, e para além desta sagacidade pedagógica sublinhada por Schäfer-Prieß, é a prática comparativa constante com a língua clássica, se bem que devedora do intuito didático, que nos faz parecer pouco apropriada a colocação deste nosso gramático dentro do pensamento racionalista *tout court*, que surge de forma polémica como vontade de haver um rigor científico que se contraponha ao formalismo das gramáticas renascentistas. Toda a produção gramatical do século XVII se debate sobre a relação que subsiste entre o método gramatical e o desejo de racionalização da gramática, colocando-se esta entre a tradição humanista do bom uso e a conceção de que a gramática representa uma parte explicativa da ordem da razão. Roboredo testemunha, certamente, esta dialética mas não vai além da mesma e dele farão eco, especialmente, Domingos de Araújo, cuja *Grammatica latina. Novamente ordenada, e convertida em portuguez pera menos trabalho dos que começam aprender* (1627) é reformulada por António Félix Mendes (*Grammatica Portuguesa da Lingua Latina*, 1741) e depois adotada como consequência da reforma pombalina dos estudos; e ainda Fructuoso Pereira com a sua *Arte de Gramatica, latina, portuguesa, benedictina*, de 1652.

3. PREDECESSORES DO RACIONALISMO: REIS LOBATO

Na linha da teorização de Verney e ciente da desadequação dos estudos linguísticos, no que dizia respeito fosse às línguas vulgares fosse ao latim, António José dos Reis Lobato (17??-1804) redige a *Arte da Gramática da Língua Portuguesa* (1770), onde defende que a aprendizagem da gramática da língua materna deve levar, por um lado, a saber falar corretamente essa

⁴ O autor reitera este conceito em várias ocasiões nos capítulos preambulares do *Methodo Grammatical* e da *Porta das Linguas* e fá-lo apresentando sistematicamente as razões que o levam a conceber essa metodologia.

língua, e por outro, a perceber o funcionamento não só da língua materna, mas também o das línguas estrangeiras, com base nos princípios universais enunciados na *Grammaire Générale e Raisonnée* (1660) e na *Logique de Port-Royal* (1662). A gramática da língua materna deve funcionar como suporte para a aprendizagem de qualquer outra língua, ideia já defendida, como dissemos anteriormente, por Amaro de Roboredo, no *Método Gramatical para Todas as Línguas* (1619) e na *Porta* (1623). A recente corrente da *gramática contrastiva* serve-se, de resto, do mesmo princípio.

Nas últimas décadas de Novecentos, os estudiosos da didática das línguas movem-se nesta direção. A comparação sistemática de uma estrutura linguística da mesma categoria, mas pertencente a línguas diferentes, permitiu individualizar aspetos gramaticais que podem apresentar graus diferentes de dificuldade no momento em que o aluno os estuda. Decorre, então, que a dificuldade de aprendizagem pode variar de acordo com a afinidade existente entre língua e objeto.

É na gramática de Lobato que podemos ler de forma evidente a exigência de criar escolas onde o português se aprenda e se ensine, independentemente do latim. Não podemos esquecer que o texto de Lobato é uma gramática escolástica que dá forma a um programa político de reforma do ensino que queria afirmar-se como racional.

Referindo-se ainda a Roboredo, Lobato trata novamente do problema da formação dos docentes de língua, que não só muitas das vezes eram incompetentes – como já Barros tinha denunciado no seu *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem* (1540)⁵ – como ainda, guiados pelo desprezo da língua vulgar e de tudo aquilo que não pertencesse à esfera dita *clássica*, teriam sido os primeiros a considerar supérfluo o ensino do português.

Os alunos, por sua vez, que tivessem assimilado os princípios do funcionamento da língua materna, estariam na posição de fazer autonomamente a leitura de um historiador português “simples”, aprofundando posteriormente, e sem qualquer dificuldade, os seus estudos linguísticos e aumentando ao mesmo tempo a sua própria bagagem cultural. Para além disso, já Amaro de Roboredo tinha indicado em várias ocasiões a fase da leitura como fundamental para a aprendizagem da língua, materna ou não materna.

A este propósito, e referindo-nos mais uma vez ao século XX, é possível averiguar que não há uma grande diferença entre o binómio naquela altura inovador *língua-leitura dos textos* proposto por Roboredo e Lobato, e a abordagem metodológica, mais recente mas já ultrapassada, definida como *tradicional*, que defende a combinação da prática da leitura com a da tradução para a aprendizagem de uma L2.

⁵ Leia-se Lupetti 2005: 19-24.

Para além do interesse que revela do ponto de vista pedagógico – em certo sentido obrigatório, se considerarmos que a adoção escolástica da obra de Lobato, imposta pelo governo pombalino como único texto⁶, limitava consideravelmente a circulação de outras obras da mesma natureza – cabe dizer que ela também se distingue por abrir as portas ao racionalismo lusitano propriamente dito.

Nas suas páginas, encontra-se ainda o conceito de gramática como *arte* que prescreve regras para formar corretamente frases, mas Lobato coloca-se de forma central no meio daquela que Costa Assunção define como *bipolarização* da gramática como ciência e como arte (Assunção 1997). Se, por um lado, chama à atenção o facto de Reis Lobato recusar a classificação tripartida do discurso e adotar aquela em oito partes, preferida pelo mundo clássico, a subdivisão da sua obra em quatro e o equilíbrio interno no desenvolvimento de cada uma delas, aproximam-no das gramáticas do Brocense e de Petrus Ramus.

4. O RACIONALISMO LUSITANO *TOUT COURT*: A RECEÇÃO DE PORT-ROYAL EM BERNARDO DE LIMA E MELO BACELAR, JOÃO CRISÓSTOMO DE COUTO E MELO E JERÓNIMO SOARES BARBOSA

A partir do final do século XVII, as estratégias de sistematização e simplificação gramatical caracterizavam o ensino da língua, numa relação fortemente conexas ao processo dialético/lógico do pensar. A ligação entre a gramática e a dialética avançou muito com o magistério de Petrus Ramus e daqui despoletou a transferência do método de dedução racional ao campo da hierarquização dos conceitos gramaticais. Na onda do que acontecia no âmbito das ciências exatas, os gramáticos tentam estabelecer os princípios linguísticos universais que estariam na base de todas as línguas e que orientariam todo o pensamento humano⁷.

A análise sistemática das línguas, que será um dos traços diferenciadores deste período, leva a distinguir dois níveis de descrição linguística: um que reencontra as estruturas abstratas do seu próprio funcionamento, e outro que estuda em particular e concretamente o funcionamento de cada língua.

⁶ Continuam a ser, a este respeito, duas referências imprescindíveis, Andrade 1981 e 1982. Mas veja-se também Costa 1979.

⁷ Esta tendência é anunciada pelo gramático espanhol Francisco Sánchez de las Brozas, que, na sua *Minerva Seu de Linguae Latinae Causis et Elegancia* (1562), se propunha destruir algumas ideias radicadas entre os gramáticos que o precediam oferecendo ele propostas originais. Por exemplo, a propósito das áreas que constituíam a gramática, ele mesmo nega a repartição clássica em quatro partes. A sua obra teve grande sucesso aquando da sua publicação e a sua influência fez-se sentir, continuando a ser citada por grandes gramáticos – não só portugueses – nos séculos que se seguiram.

É a tendência racionalista daqueles anos que faz com que o texto de Port-Royal, para perceber os fundamentos da gramática, apele ao espírito, desenvolvendo principalmente três operações: conceber, ajuizar e raciocinar. Estes pressupostos filosóficos, propostos já pela corrente modista medieval, farão nascer uma teoria gramatical complexa e inovadora que se desenvolve em torno do conceito fundamental de *signo*, ao qual cabe a função de exemplificar o pensamento. Assim, o signo será estudado sob dois aspetos: em primeiro lugar como som e carácter e, sucessivamente, enquanto portador de significado⁸.

A propósito das partes do discurso é introduzida uma novidade, ou seja, uma distinção entre as palavras que designam um objeto do pensamento e aquelas que identificam a forma do pensamento humano. Ao primeiro conjunto pertencem o nome, o artigo, o pronome, o participípio, a preposição e o advérbio; no segundo podemos encontrar o verbo, a conjunção e a interjeição. À sintaxe, identificada mais uma vez em Port-Royal como *construção*, é dedicado apenas o último capítulo do volume, onde encontramos a clássica subdivisão em *concordância* e *regência*. A primeira é considerada idêntica para todas as línguas, enquanto que a segunda se realiza sempre de maneira diferente. A explicação para esta variedade é clara se considerarmos que em algumas línguas a regência dá-se por meio dos casos, e noutras através de *partículas* (preposições, conjunções) que desempenham o mesmo papel.

Usando a lógica, a gramática atribui ao sistema da razão pura um espaço específico na disciplina filosófica: falar de gramática filosófica significa elevar a lógica à categoria de arte de pensar. Na tradição clássica, sendo uma das partes da filosofia, a lógica tem o dever de analisar a veridicidade ou a falsidade dos juízos de valor, concatenar os juízos e o próprio método científico. Neste sentido, e já que coloca em relevo não só o conjunto das regras necessárias ao pensamento correto, mas também o conjunto das leis que demonstram esta correção, a lógica tende a elevar-se de arte a ciência.

Os séculos XVIII e XIX assistem ao aparecimento, em Portugal, de muitas gramáticas filosóficas. Isto é verificável se olharmos para a lista que abre este trabalho. No entanto, uma análise sumária das obras listadas permite-nos afirmar que o uso dos termos *racional* e *filosófico* nos conduz a uma categoria vazia, indício de uma reivindicação banal de cientificidade, de um desejo por parte dos autores em aderir mais a uma moda do que a um discurso disciplinar. Não são poucos os casos em que a uma proposta de inovação, apresentada com letras maiúsculas no frontispício e reiterada

⁸ Esta é a mesma dicotomia que levará Ferdinand de Saussure (1857-1913) a falar de *significante* e *significado*.

com eloquência nos preliminares, correspondem, na verdade, conteúdos conservadores e, além do mais, repetitivos.

Existem, no entanto, três obras na lista proposta que merecem uma reflexão mais atenta até por terem sido objeto, nestes anos, de discussões por parte de críticos e estudiosos, a propósito da dívida que estas têm com o racionalismo europeu.

Refiro-me, nomeadamente, à *Grammatica Philosophica e Orthografia Racional da Lingua Portuguesa* (1783), de Bernardo de Lima e Melo Bacelar, à *Grammatica Filosófica da Linguagem Portuguesa* de João Crisóstomo, de 1818 – um caso, curiosamente, até hoje quase desconhecido – e a Jerónimo Soares Barbosa, com a sua *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* ou *Princípios da Grammatica Geral applicados à Nossa Linguagem* (1822). Estes textos, ainda pouco conhecidos e estudados, podem ser reconhecidos como “monumentos” do racionalismo que imperava no panorama intelectual da época.

A *Grammatica Filosofica e Ortográfica Racional da Lingua Portuguesa* (1783) de Melo Bacelar⁹ permanece até hoje para muitos estudiosos de interesse questionável; há quem, como Amadeu Torres¹⁰, tenha defendido que esta devia ser resgatada do esquecimento e reclamado a necessidade de um estudo monográfico sobre a mesma. Não nos interessando a polémica, aquilo que é importante perceber é a ligação deste texto às gramáticas que o precederam e às que lhe são posteriores.

Sabemos através do próprio autor que se trata de uma gramática filosófica porque pensa segundo as leis gramaticais, não se limitando a colecioná-las como se fazia nas gramáticas de preceitos. Apesar da matriz filosófica da obra, Melo Bacelar não se abstém de apresentar as letras do alfabeto e as sílabas do português, considerando dois aspetos, aqueles do *som* (pronúncia) e aqueles da *figura* (grafia), que em grande parte dos casos não coincidem. A descrição detalhada da articulação dos sons muito deve, claramente, a Fernão de Oliveira, apesar de a finalidade desta exposição ser completamente diferente. Oliveira, como sabemos, ilustra os sons apenas para guiar o discente na pronúncia, porque é assim que devem ser pronunciadas. E as

⁹ Sabemos muito pouco sobre a biografia deste autor. Nasceu presumivelmente em Chaves, por volta de 1736, e entrou na ordem franciscana onde foi rebatizado com o nome de Frei Bernardo de Jesus Maria. Viveu no Alentejo, e de 1769 a 1777 foi preso por aderir ao movimento reformista da *Jacobeia*. Influenciado pelos ideais iluministas, publicou em 1783, além da *Gramática*, um *Dicionário da Lingua Portuguesa*. No mesmo ano saiu também a *Arte e Dicionário do Comércio e Economia Portuguesa*. A partir desta data, dele sabe-se muito pouco, apenas que em 1786 trabalhava na Biblioteca Real de Paris.

¹⁰ Veja-se a introdução do estudioso na edição ao cuidado do próprio da *Gramática Filosófica da Lingua Portuguesa de Bernardo de Lima e Melo Bacelar*, Lisboa, Academia da História. Em bibliografia, veja-se Bacelar 1996.

suas intenções terminavam aqui. Melo Bacelar, atento seguidor de Port-Royal, vai além disto: confere aos sons uma função mais difícil, ou seja, “tornar concreto” o pensamento do homem para transmiti-lo a quem o ouve.

A gramática é então uma coleção de leis com as quais produzimos e dispomos os próprios sons. Afastando-se da tetra-partição clássica da gramática, Melo Bacelar apresenta-nos uma subdivisão *sui generis*. A subdivisão é feita em três secções: “Grammatica do Agente ou Nominativo”, “Grammatica da Acção ou Verbo” e “Grammatica do Accionado, Paciente ou Caso”, onde as listadas são, então, as *partes essenciais da Grammatica*.

Tal como Barros, também ele defende que as categorias principais do discurso são as do nome e do verbo¹¹. A propósito do nome, apresentam-se duas subdivisões: a primeira faz uma distinção entre substantivos concretos e abstratos; a segunda entre nomes próprios e comuns (ou *apelativos*)¹². Até neste caso a classificação adotada é muito semelhante àquela de Port-Royal. Os verbos analisados dividem-se, por sua vez, em: *ativos, passivos, neutros, recíprocos, regulares, irregulares e defetivos*. Tratando-se de uma das partes mais importantes do discurso, o verbo – tal como acontecia com o nome – pode apresentar *adjuntos*; estes, por sua vez, podem ser *anteriores, concomitantes ou posteriores*. Por fim, e no que se refere ao adjetivo, são apresentadas várias tipologias: *de duas formas, de uma forma, positivo ou absoluto, comparativo, superlativo, numeral, universal, particular, demonstrativo*. Dentro da categoria adjetival encontramos os pronomes *possessivo, relativo e interrogativo*, e o *participio ativo e passivo*, que tem a função de determinar o nome.

Apesar de não se negar a originalidade de Melo Bacelar ao apresentar uma gramática tripartida, muitos estudiosos continuam a exprimir as suas perplexidades com razão; perplexidades devidas, em primeiro lugar, à confusão que se cria dentro da obra entre as funções semânticas (*agente, paciente*) e aquelas sintáticas (os casos latinos). O modelo de análise proposto pelo gramático, no qual o *agente* também é chamado *nominativo* e o *paciente* também é identificado como *acusativo*, gera de facto vários problemas, na medida em que não é certo que as funções semânticas coincidam sempre com a funções sintáticas.

A obra de Couto e Melo, segundo José Moreira da Silva (1997: 561), supera a exemplificação conceptual de Melo Bacelar e aproxima-se da lição das gramáticas gerais, que parece conhecer muito bem, fazendo referências

¹¹ As outras partes do discurso (pronomes, preposição, advérbio, conjugação e interjeição) são consideradas, de acordo com o Brocense, como meros adjuntos ou sincategoremáticas.

¹² Os adjuntos do nome podem ser de dois tipos: intrínsecos (número e género) e extrínsecos (artigo, adjetivo, preposição, advérbio, conjugação e interjeição).

explícitas a Garat, Descartes, D'Alembert, Beauzée, Girard, Condillac e muitos outros. Partindo da consideração de que os nossos sentidos são os veículos da consciência do mundo, é fundamental para o gramático definir os conceitos de *ideia, cor, cheiro, juízo, substância, sujeito, atributo, frase, sintaxe e linguagem*. Para pensar corretamente, para falar e escrever com exatidão, é fundamental conhecer as *operações do nosso entendimento*, conhecer e dominar a nossa faculdade linguística, desenvolver a capacidade de raciocínio.

Se as gramáticas apresentadas até aqui se caracterizam de forma unívoca como *artes de pensar*, aquela de Soares Barbosa, à qual nos dedicaremos brevemente, caracteriza-se pelo confluir dos termos *gramática e filosofia*, ou seja *ciência* que, tendo várias declinações possíveis ao longo da obra, deixa transparecer um substrato cultural superior àquele das duas gramáticas referidas anteriormente.

Jerónimo Soares Barbosa¹³ foi um pedagogo incansável que se dedicou seja à didática seja à investigação. São da sua autoria as reformas mais importantes levadas a cabo no ensino primário durante o período que nos interessa.

A partir da obra *Escola Popular das Primeiras Letras* (1796) reparamos numa tónica claramente pedagógica: trata-se de uma gramática elementar do português, onde cada capítulo contém estratégias metodológicas dirigidas ao professor. No volume *As Duas Linguas* (1807) compara, por sua vez, o português e o latim, com a intenção de sabotar o obsoleto costume escolástico, que aqui e ali se usava ainda e, segundo o qual, a aprendizagem da língua latina deveria preceder a da língua materna.

Barbosa defende esta tese e, segundo o seu parecer, os alunos aprendem com mais facilidade a gramática da língua que praticam todos os dias. Uma vez assimilada a gramática portuguesa, aprender a gramática latina seria muito mais simples. Esta teoria não é original: sabemos, e cá também o repetimos varias vezes, que gramáticos como João de Barros, Amaro de Robredo e Reis Lobato já a haviam ilustrado. No entanto, e de acordo com Barbosa, estes não conseguiram modificar totalmente o método de aprendizagem da língua porque continuavam a moldar a gramática portuguesa na latina.

A obra que tornou célebre Soares Barbosa foi, no entanto, a *Gramática Filosófica*¹⁴ (publicada postumamente, em 1822), que se insere na tradição

¹³ Jerónimo Soares Barbosa nasce em Ansião, em 1737, e morre provavelmente em 1816. Estuda no seminário em Coimbra, onde é ordenado presbítero em 1762. Naquela mesma cidade frequentou a universidade onde, em 1768, obteve o grau de bacharel em direito canónico. De 1766 a 1790 foi professor de retórica e poética no Colégio das Artes de Coimbra. Em 1789 foi eleito sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa e em 1799 membro da Junta da Direção Geral dos Estudos da Universidade de Coimbra.

¹⁴ Segundo Malaca Casteleiro (1979: 203) a obra é ainda hoje “um dos melhores modelos de descrição gramatical existentes sobre o português”.

universal e filosófica de Port-Royal e que, ao seguir os princípios racionalistas da linguística cartesiana, revelou um conhecimento aprofundado, por parte do autor, das gramáticas racionalistas anteriores, mas também a leitura dos franceses Beauzée e Du Marsais¹⁵.

A organização da obra de Barbosa segue o modelo da maioria das gramáticas filosóficas: trata primeiramente da parte *mecânica* da língua composta pela *Ortoépia* (= fonética) e pela *Ortografia*; e sucessivamente da parte *lógica*, ou seja da *Etimologia* (= morfologia) e da *Sintaxe*.

Sustentando, de acordo com Port-Royal, que as línguas se distinguem umas das outras apenas na forma que cada uma escolhe para combinar e indicar as mesmas ideias, o gramático enuncia, em primeira instância, os princípios gerais e depois, a partir destes, formula as regras gerais que aplica primeiro ao português e depois ao latim.

Cada regra vem seguida de exemplos que demonstram as categorias comuns das duas línguas. Quando isto não ocorre segue-se o procedimento inverso: dá-se primeiro o exemplo latino e depois a tradução portuguesa acompanhada da explicação da divergência.

Barbosa define as línguas como instrumentos analíticos do pensamento: o sistema morfológico de cada língua baseia-se, portanto, no sistema lógico das ideias do homem. Como consequência, se todos os homens pensam segundo as suas próprias leis, todas as línguas devem ser governadas pelos mesmos princípios universais. À gramática filosófica cabe o dever de descrever cientificamente os eventos linguísticos descobrindo as estruturas linguísticas profundas que lhes subjazem. Assim argumenta:

A Grammatica [...] tem naturalmente duas partes principaes; huma *Mechanica*, que considera as palavras como meros vocabulos e sons articulados, ja pronunciados, ja escriptos, e como taes sujeitos ás leys physicas dos corpos sonoros, e do movimento; outra *Logica*, que considera as palavras não ja como vocabulos, mas como signaes artificiaes das ideas e suas relações, e como taes sujeitos ás leys psychologicas, que nossa alma segue no exercicio das suas operações e formação do seu pensamento: as quaes leis sendo as mesmas em todos os homens de qualquer nação que sejam ou fossem, devem necessariamente communicar ás Linguas, pelas quaes [*sic*] se desenvolvem e exprimem estas operações, os mesmos principios e regras geraes, que as dirigem. Á parte *Mechanica* das Linguas e sua *Grammatica* pertencem a *Orthoepia* e a *Orthographia*; e á parte *Logica* pertencem a *Etymologia* e a *Syntaxe* (Barbosa 1822: VIII-IX).

¹⁵ Nicolas Beauzée (1717-1789), gramático e tradutor francês simpatizante da Revolução, é recordado por ter participado, com César Chesneau du Marsais (1676-1756), na redação da *Encyclopédie Méthodique* (1786-1789) – obra duramente criticada pela Igreja – nascida como complemento à *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Artes et des Métiers, par une Société de Gens de Lettres* (1751-1752).

Uns parágrafos depois, ao refletir sobre a ligação entre a língua e o desenvolvimento das ideias¹⁶, conclui: “Porêm deixada pelos Philosophos nas mãos de homens, ou ignorantes, ou pouco habeis, [a gramática] se reduziu a hum systema informe e minucioso de exemplos e regras, fundadas mais sobre analogias apparentes, que sobre a razão, a quem só pertence inquirir e assignar as verdadeiras causas da Linguagem, e segundo ellas ordenar a Grammatica de qualquer Lingua particular” (Barbosa 1822: X).

Se os juízos sobre a obra de Melo Bacelar foram unânimes, já sobre Soares Barbosa a crítica expressa-se de maneira não homogénea. Muitos estudiosos, sobretudo brasileiros, defendem que as suas definições são *cerebrinas*. Para Leonor Lopes Fávero esta obra é pioneira porque “o seu autor vê a língua como um cientista: pressente, discerne, apresenta posicionamentos que a linguística vem privilegiando em nossos dias” (1996: 258). Encontram-se, na verdade, assuntos como o infinitivo pessoal e a subdivisão e classificação das preposições trabalhadas a partir dos conceitos de *espaço* e *tempo*, *movimento* e *repouso* (= situação) que denotam uma modernidade extraordinária, tanto que serviram de modelo ainda ao longo do século XIX. Voltando, pela última vez, ao diálogo entre gramática e pedagogia linguística, podemos assinalar os traços deixados por esta obra na análise sintática, durante muito tempo inflacionada nas aulas de português.

Muitas das ideias de Barbosa são ainda perceptíveis dois séculos mais tarde na teoria da gramática generativa de matriz chomskiana. Ou seja, esta gramática, tida como confusa e complicada por muitos contemporâneos do gramático revela-se, contrariamente, uma fonte linguística moderna e fértil, que merece ser ainda aprofundada e estudada¹⁷.

5. CONCLUSÕES

Apesar de termos traçado um percurso lógico ao longo deste trabalho é evidente que faltam as provas substanciais para podermos afirmar a existência

¹⁶ “[...] sendo a Grammatica de qualquer Lingua a primeira theoria, que principia a desenvolver o embrião das ideias confusas da idade pueril; e dependendo da exatidão de seus principios e bom progresso nos mais estudos: ella deve ser huma verdadeira Logica que, ensinando-se a falar, ensine ao mesmo tempo a discorrer. Que por isso a Grammatica foi sempre reputada como huma parte da Logica, pela intima connexão, que as operações do nosso espirito tem com os signaes, que as exprimem” (Barbosa 1822: X).

¹⁷ Testemunho da fertilidade desta gramática e do facto de ela ter sido apreciada fora de Portugal é, por exemplo, a sua tradução/adaptação italiana (de cuja realização e circulação estamos a tratar pormenorizadamente em outro trabalho): *Grammatica della lingua portoghese ad uso degli italiani sulle tracce della grammatica filosofica della lingua portoghese dell' Illustre Signor Jerónimo Soares Barbosa, socio dell'Accademia Reale delle Scienze di Portogallo, ec. ec., com vari esercizi nelle due lingue, compilata da Antonio Bernardini, cancelliere del Consolato Generale dell'impero del Brasile negl'II. RR. Stati Austriaci e giurato traduttore e interprete della lingua portoghese*, Trieste, 1858 – Milano, Tipografia Borroni, 1859.

da continuidade efetiva de uma corrente racionalista em Portugal. Para que isto seja possível, deve-se tentar uma análise detalhada e comparativa dos títulos da nossa lista inicial que, apesar de tudo, são apenas uma amostra. Só assim será possível ter um quadro completo do racionalismo português em termos de micro e macroestruturas (imitações estruturais, reformulações, reutilizações de exemplos, mas também os contextos políticos e sociais da produção das gramáticas).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, António Alberto Banha de. 1981. *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários (1759-1771)*. 2 vols. Coimbra: por Ordem da Universidade.

ANDRADE, António Alberto Banha de. 1982. *Contributos para a História da Mentalidade Pedagógica Portuguesa*. Lisboa: IN-CM.

ARAÚJO, Domingos de. 1627. *Grammatica Latina. Novamente Ordenada, e Convertida em Portugues pera Menos Trabalho dos que Começaõ Aprender*. Lisboa: Pedro Craesbeeck.

ASSUNÇÃO, Carlos da Costa. 1997. “Uma leitura da introdução da *Grammatica da Língua Portuguesa* de Reis Lobato (1770)”. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Série “Línguas e Literaturas”* XIV. 165-181.

BACELAR, Bernardo de Lima e Melo. 1996[1783]. *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*. Reprodução fac-similada ed. por Amadeu Torres. Lisboa: Academia Portuguesa da História (= *Subsídios para a História Portuguesa*, 27).

BARBOSA, Jerónimo Soares. 1807. *As Duas Línguas, ou Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa Comparada com a Latina, para Ambas se Aprenderem ao Mesmo Tempo*. Coimbra: na Real Impressão da Universidade.

BARBOSA, Jerónimo Soares. 1822. *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa ou Principios da Grammatica Geral Aplicados à Nossa Linguagem*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

BARBOSA, Jerónimo Soares. 2004[1822]. *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa ou Principios de Gramática Geral Aplicados à Nossa Linguagem*. Edição fac-similada, comentário e notas de Amadeu Torres. Lisboa: Academia das Ciências.

BARBOSA, Jerónimo Soares. 2005[1822]. *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*. Edição anastática, comentário e notas críticas de Amadeu Torres. Braga: Universidade Católica Portuguesa (= Publicações da Faculdade de Filosofia).

BARROS, João de. 1971[1540]. *Gramática da Língua Portuguesa. Cartinha. Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem. Diálogo da Viciosa Vergonha*. Edição de Maria Leonor de Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras.

BUSSMANN, Hadumod, Kerstin Kazzazi & Gregory Trauth. 2013. *Dictionary of Language and Linguistics*. London & New York: Routledge.

CASTELEIRO, João Malaca. 1979. “A Doutrina Gramatical de Jerónimo Soares Barbosa”. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa – Classe de Letras XXI*. 197-214.

COSTA, Maria Helena de Teves. 1979. “Livros Escolares de Latim e de Grego Adoptados pela Reforma Pombalina dos Estudos Menores”. *Arquivos do Centro Cultural Português XIV*, 287-309. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.

FÁVERO, Leonor Lopes. 1996. *As Concepções Lingüísticas do Século XVIII. A Gramática Portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp.

LOBATO, António José dos Reis. 1770. *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*. Lisboa: na Regia Officina Typografica.

LUPETTI, Monica. 2005. *Didattica del portoghese europeo. Note storico-metodologiche e bibliografiche*. Pisa: Tep.

LUPETTI, Monica. 2010. *Dalla Ianua alla Porta. Il metodo di Amaro de Robredo al crocevia della riflessione linguistica secentesca portoghese ed europea*. Pisa: ETS.

LUPETTI, Monica & Valeria Tocco. 2010. “Educare per sentenças nelle corti portoghesi tra Cinque e Seicento”. *Costumi educativi nelle corti europee (XIV-XVIII secolo)* ed. por Monica Ferrari, 117-133. Pavia: Pavia University Press.

MATEUS, Maria Helena Mira. 1996. “Factos Prosódicos nas Gramáticas Portuguesas”. *Actas do 11º Encontro Nacional da APL org.* por Inês Duarte & Matilde Miguel, 123-142. Lisboa: Colibri.

MENDES, António Félix Mendes. 1741. *Grammatica Portuguesa da Lingua Latina para Uso dos Cavaleiros, e Nobres, que Tem Mestre em Sua Casa*. Lisboa: na Nova Officina Almeydiana.

PEREIRA, Fructuoso. 1636. *Arte da Grammatica, Latina, Portuguesa, Benedictina*. Primeira parte. Lisboa: Lourenço Craesbeek.

PEREIRA, Fructuoso. 1643. *Arte da Grammatica, Latina*. Lisboa: Lourenço de Anvers.

PEREIRA, Fructuoso. 1652. *Arte da Grammatica, Latina, Portuguesa, Benedictina*. Segunda parte. Lisboa: Domingos Lopes Rosa.

PIRES, Maria Lucília Gonçalves. 2001. “Verney e a Língua Portuguesa”. *Caminhos do Português*, 135-155. Lisboa: Biblioteca Nacional.

RAMUS, Petrus. 1548. *Grammatica Latina*. Paris: s.e.

ROBOREDO, Amaro de. 1619. *Methodo Grammatical para Todas as Linguas. Consta de Tres Partes: i) Grammatica Exemplificada na Portuguesa, & Latina; ii) Cópia de Palavras Exemplificada nas Latinas, Artificio Experimentado para Entender Latim em Poucos Meses; iii) Frase Exemplificada na Latina em que se Exercitão as Syntaxes Ordinarias & Collocação Rethorica, como Mostra a 3. & 4. Folha*. Lisboa: per Pedro Craesbeeck.

ROBOREDO, Amaro de. 2002[1619]. *Methodo Grammatical para Todas as Linguas*. Ed. fac-similada de Marina Kossárik. Lisboa: IN-CM.

ROBOREDO, Amaro de. 2007[1619]. *Methodo Grammatical para Todas as Linguas*. Ed. fac-similada, prefácio e estudo introdutório de Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes. Vila Real: Centro de Estudos em Letras – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

ROBOREDO, Amaro de. 1623. *Porta de Linguas ou Modo Muito Accommodado para as Entender; Publicada Primeiro com a Tradução Espanhola. Agora Acrescentada a Portuguesa com Numeros Interliniaes pelos quaes Possa Entender sem Mestre Estas Linguas o que as Não Sabe, com as Raizes da Latina Mostradas em hum Compendio do Calepino, ou por Melhor do Tesouro para os que a Querem Aprender, e Ensinar Brevemente; e Para os Estrangeiros que Desejão a Portuguesa, e Espanhola*. Lisboa: Pedro Craesbeeck.

SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, Francisco (=El Brocense). 1587. *Minerva sive de causis linguae latinae*. Salamanca: Renaut.

SCALIGERO, César Júlio. 1540. *De causis linguae latine*. Lyon: Sébastien Gryphius.

SILVA, José Moreira da. 1997. “Gramática e Filosofia (a Propósito de Três Gramáticas Filosóficas da Língua Portuguesa)”. *Actas do XII Encontro da APL*, 559-565. Lisboa: Colibri.

SIMONE, Raffaele (ed.). 1969[1660-1662]. *Grammatica e Logica di Port-Royal*. Roma: Ubaldini Editore.

TORRES, Amadeu. 2004. “O Contributo Conceptual das Gramáticas Filosóficas para a História da Língua Portuguesa”. *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa: Actas do Encontro em Homenagem a Maria Helena Paiva, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 5-6 de Novembro de 2003* org. por Ana Maria Brito, Olívia Figueiredo & Clara Barros, 385-395. Porto: Secção de Linguística do Departamento de Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

VERNEY, Luís António. 1949[1746]. *Verdadeiro Método de Estudar*. 4 vols. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

